PORQUÊ A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É TÃO NECESSÁRIA?

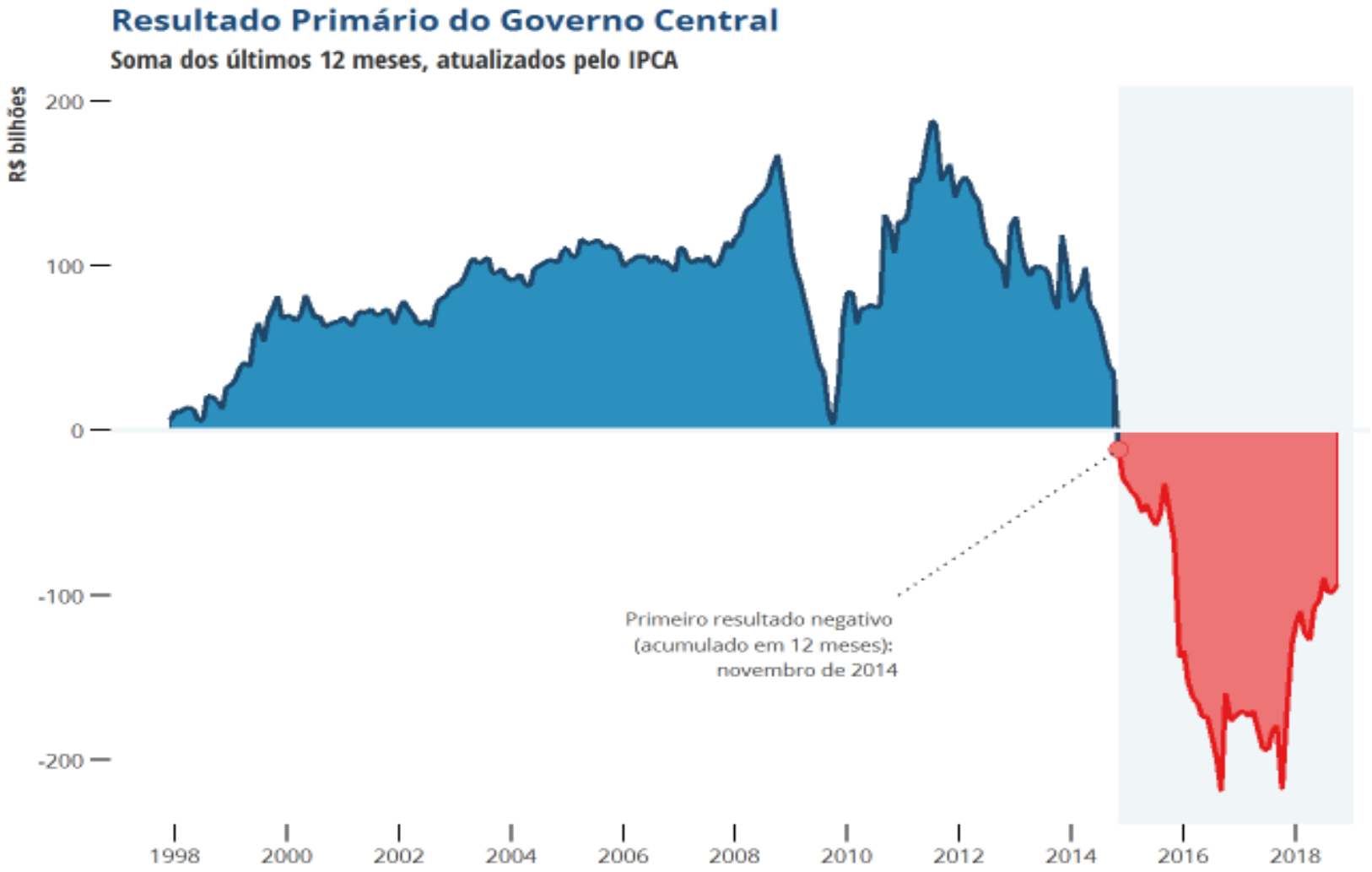
Prof. Claudio Branchieri

1 – Porque o Brasil está envelhecendo

2 – Porque o atual sistema de Previdência é uma máquina de produzir desigualdades!!

3 – Porque cobrar os devedores só resolve o problema de UM ÚNICO ano de déficit!!!

4 – Porque sem Reforma da Previdência, o Brasil seguirá no mesmo caminho da Grécia



Fonte: Tesourotransparente.gov.br

Prof. Claudio Branchieri

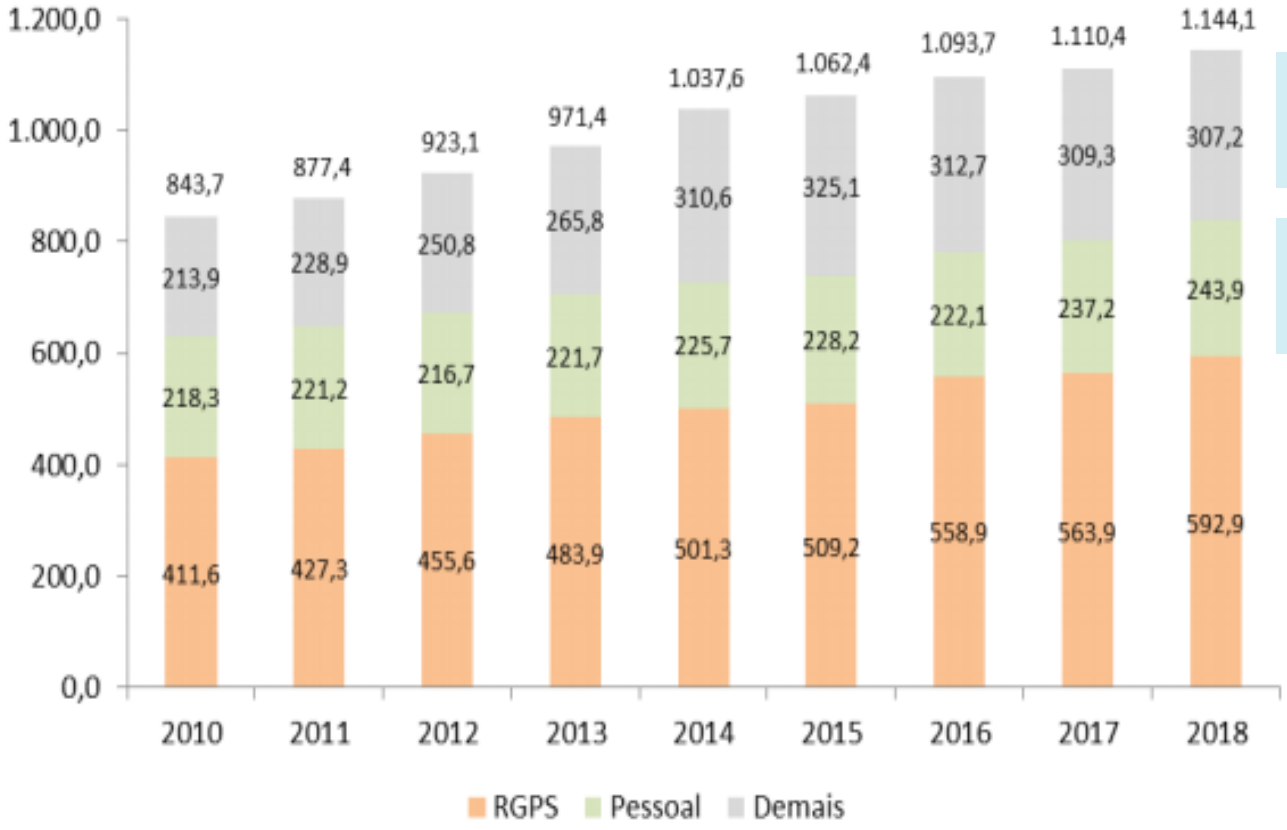
Margem Discricionária Líquida do Poder Executivo

R$ bilhões

Cenário-Base	2019	2020	2021	2022	2023
1. Teto de Gastos	1.346,6	1.390,4	1.444,5	1.500,5	1.556,8
2. Despesas Obrigatórias e Não Orçamentárias	1.222,2	1.325,2	1.415,7	1.522,8	1.638,2
3. Margem Discricionária Bruta (1-2)	124,4	65,2	28,9	-22,3	-81,5
4. Discricionárias Rígidas	103,4	107,5	111,5	115,7	120,1
5. Margem Discricionária Líquida (3-4)	21,0	-42,3	-82,7	-138,0	-201,6

Elaboração: CONOF/CD.

Despesas Obrigatórias do Executivo Sujeitos à Teto de Gastos – 2010 à 2018



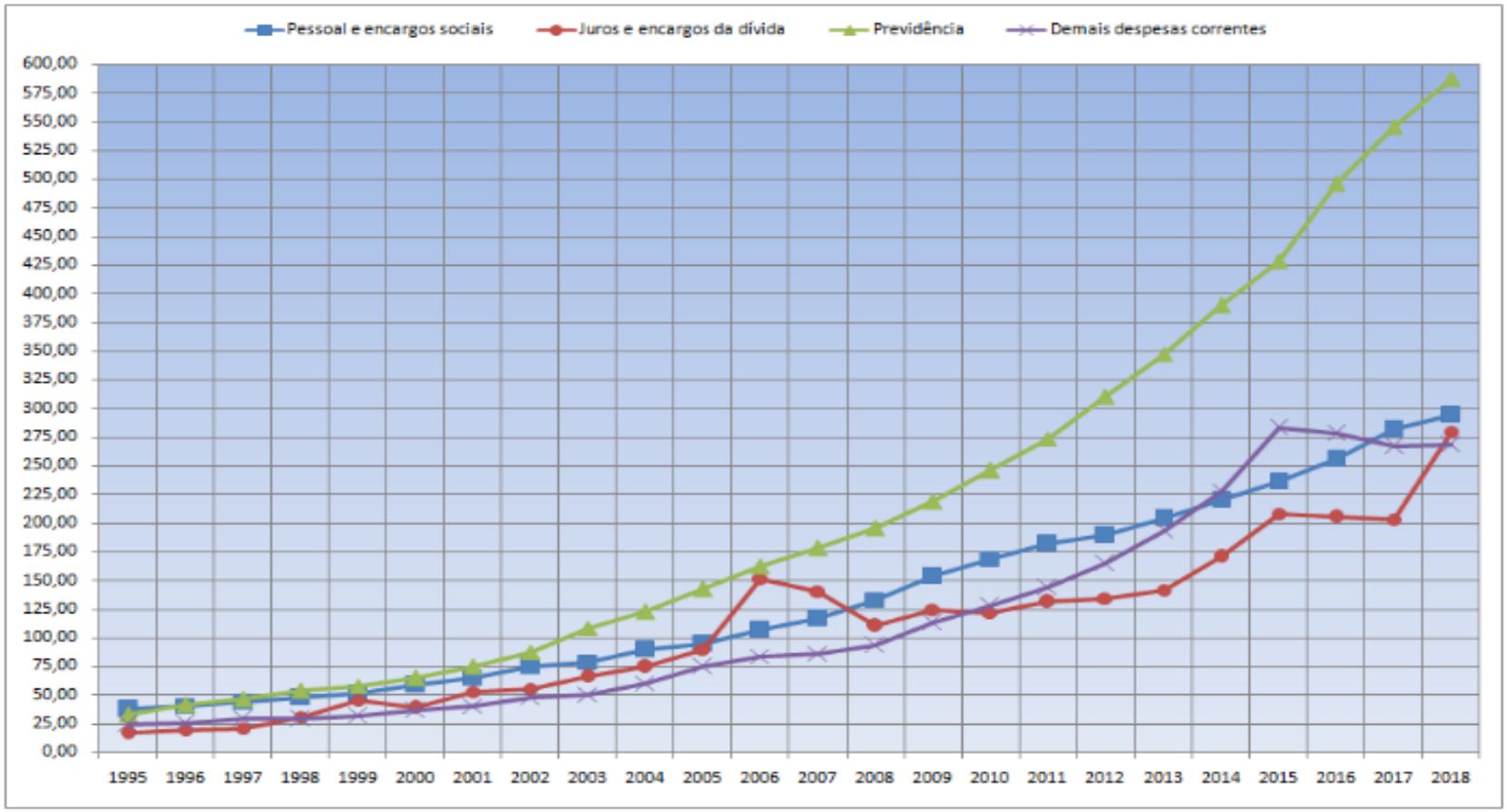
Fonte: SIGA Brasil. Elaboração: CONOF/CD.

Crescimento Médio Real Despesas Obrigatórias: 3,90% ao ano

Crescimento Médio Real Despesas previdenciárias: 4,70% ao ano

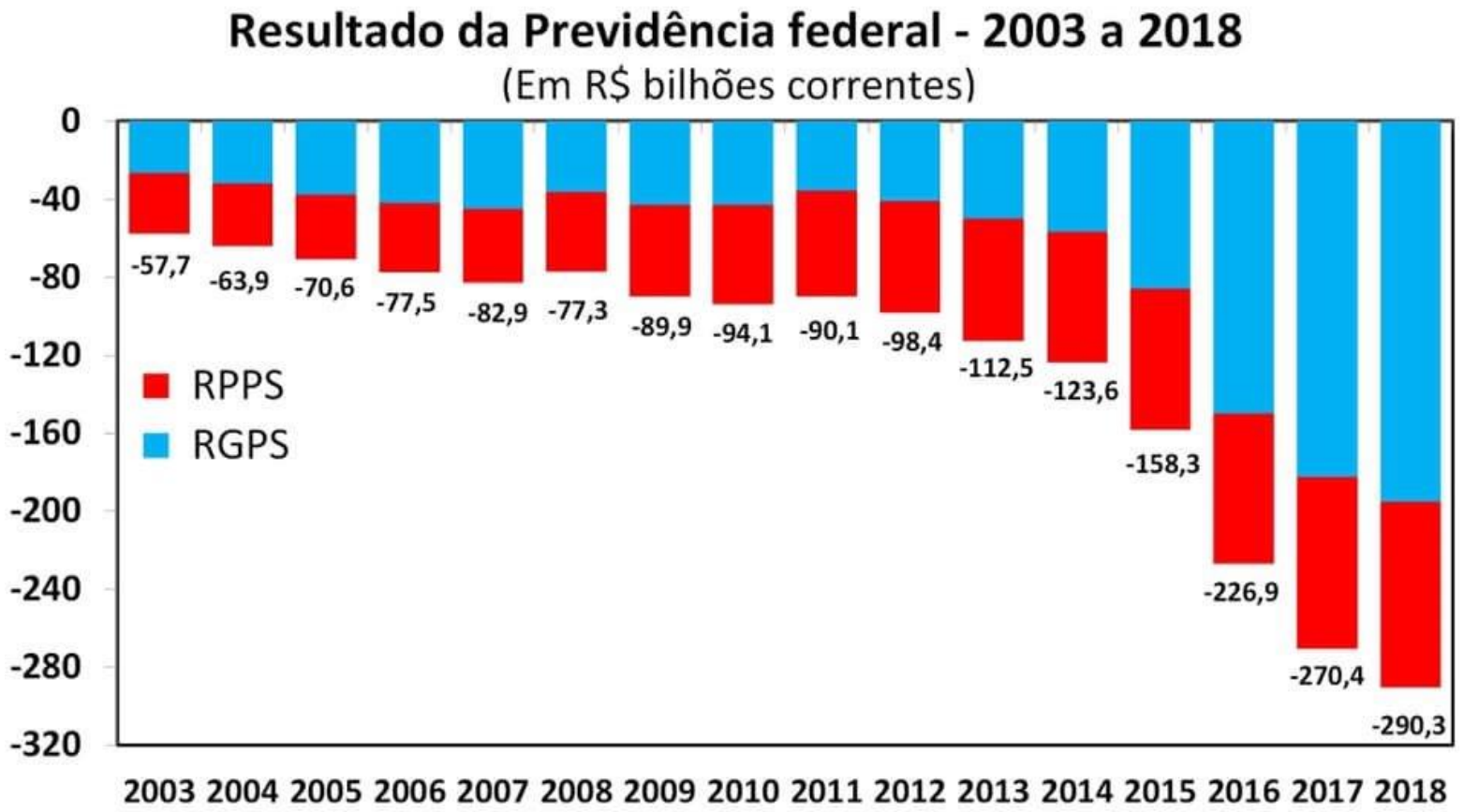
Prof. Claudio Branchieri

Evolução das Despesas Correntes do Governo Federal:- 1995 à 2018



SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal)
Elaborado por Instituto Mises Brasil

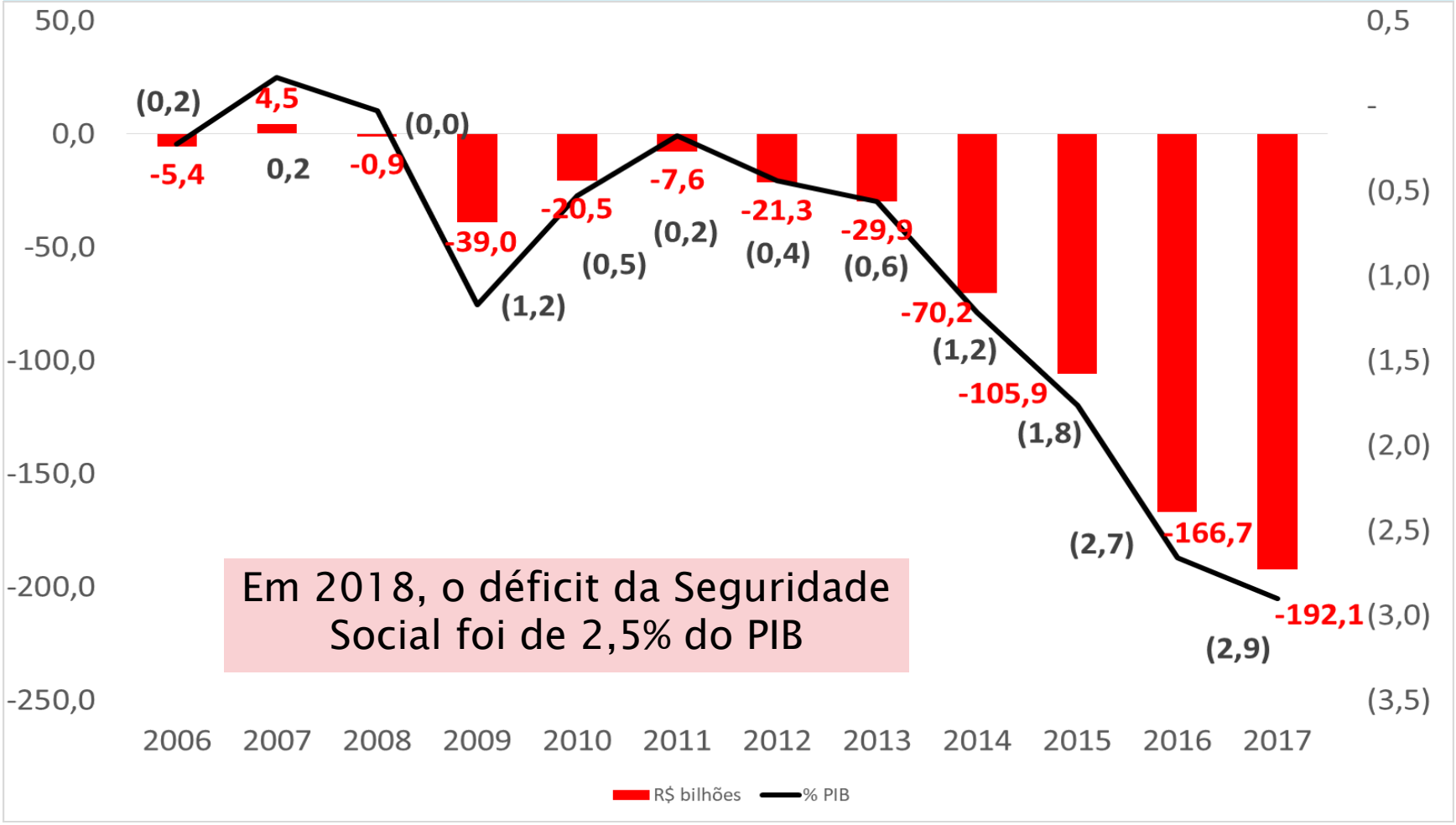
Prof. Claudio Branchieri



Nesse gráfico, as despesas com militares inativos foram INCLUÍDAS nos gastos da Previdência Social. Somaram R$ 26,50 bilhões em 2018.

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Resultado da Seguridade Social sem a Incidência da DRU (R$ bilhões nominais e % PIB)



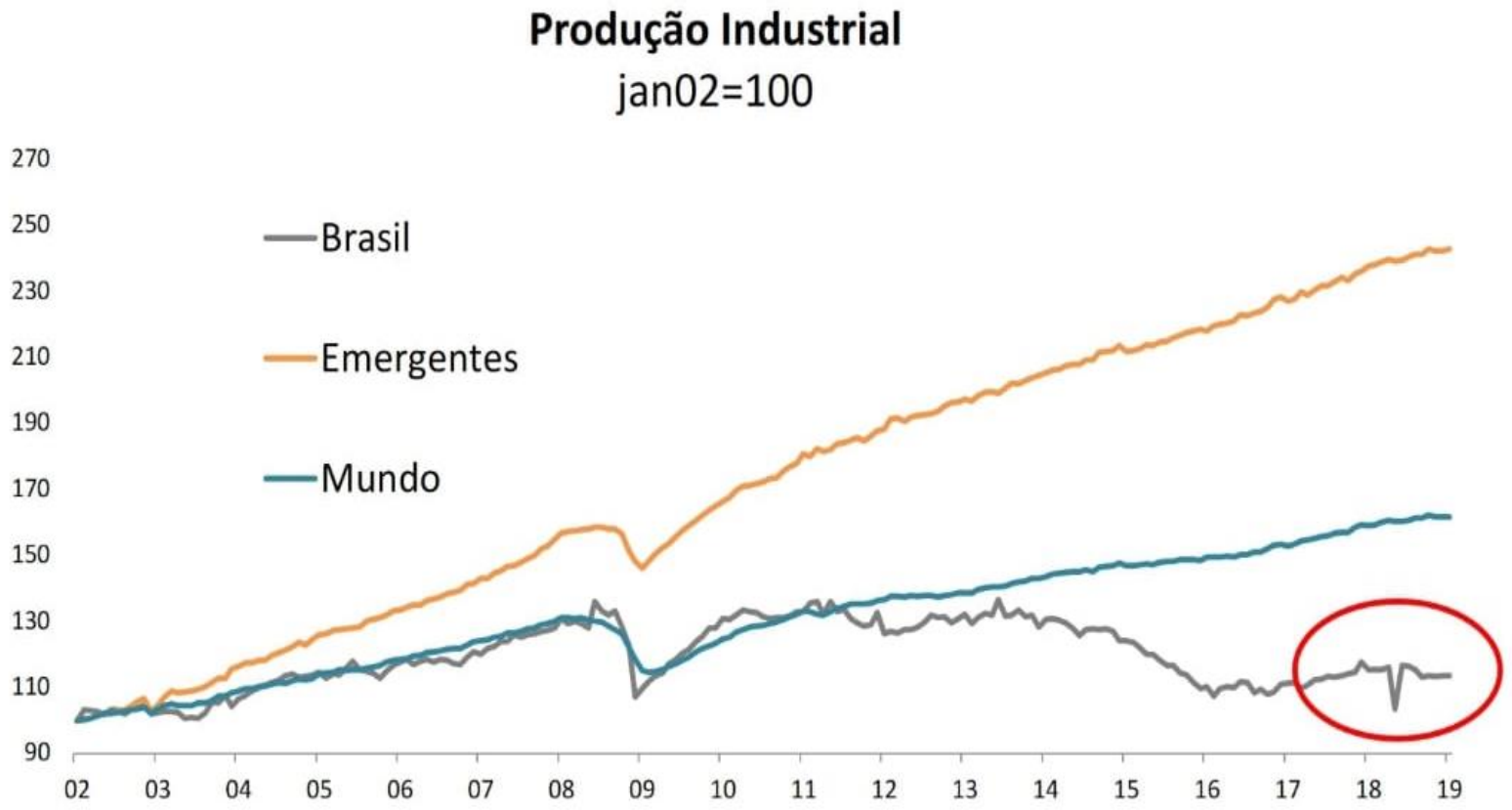
Em 2018, o déficit da Seguridade Social foi de 2,5% do PIB

Fonte: SOF/MPDG e STN/MF. PIB da grade de 31/01/2018.

Prof. Claudio Branchieri

5 - Porque desde 1988 o Brasil estagnou. E precisamos voltar a crescer - URGENTE

Investimento estável desde 2010 e parque industrial defasado.



Elaboração: XP Investimentos

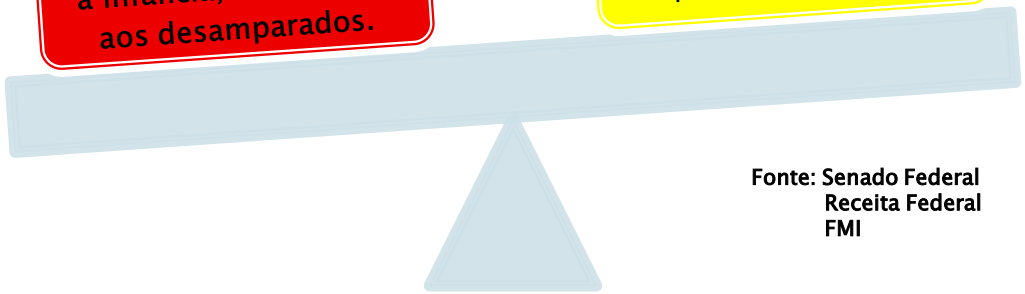
Como a Constituição Federal de 1988 afetou o Brasil

Direitos Sociais – Art. 6º da CF de 1988

- Educação, Saúde, Alimentação, Trabalho.
- Moradia, Transporte, Lazer, Segurança.
- Previdência Social.
- Proteção à maternidade e à infância, Assistência aos desamparados.

Aumento do Tamanho do Estado Brasileiro

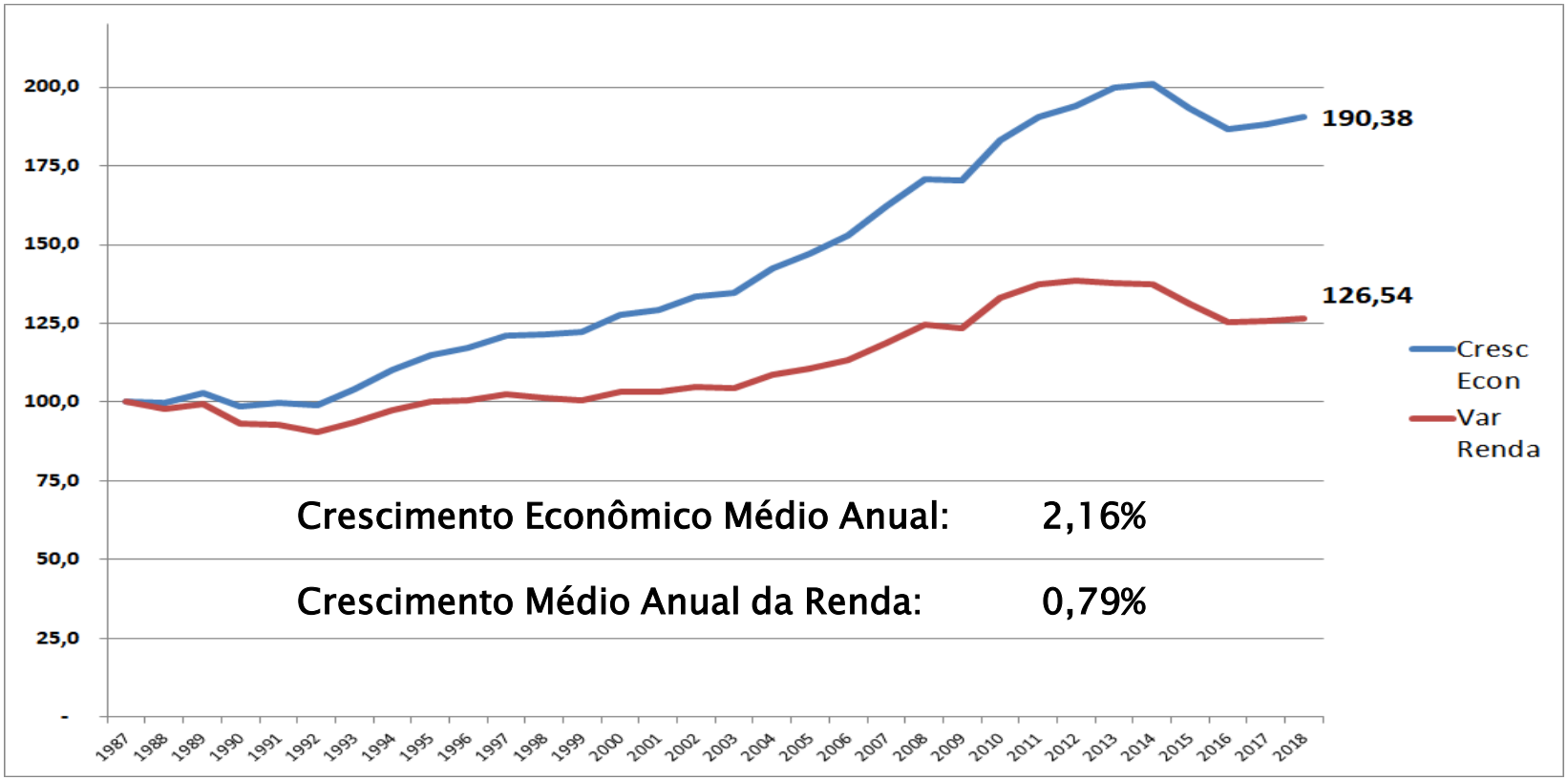
- Aumento da Carga Tributária – de 23,3% em 1988 para 33,58% em 2018
- Aumento dos Gastos da Seguridade de 2,5% do PIB em 1988 p/ 13% do PIB em 2018
- Aumento da Dívida Pública Bruta de 34% do PIB em 1994 para 87,9% em 2018



Fonte: Senado Federal
Receita Federal
FMI

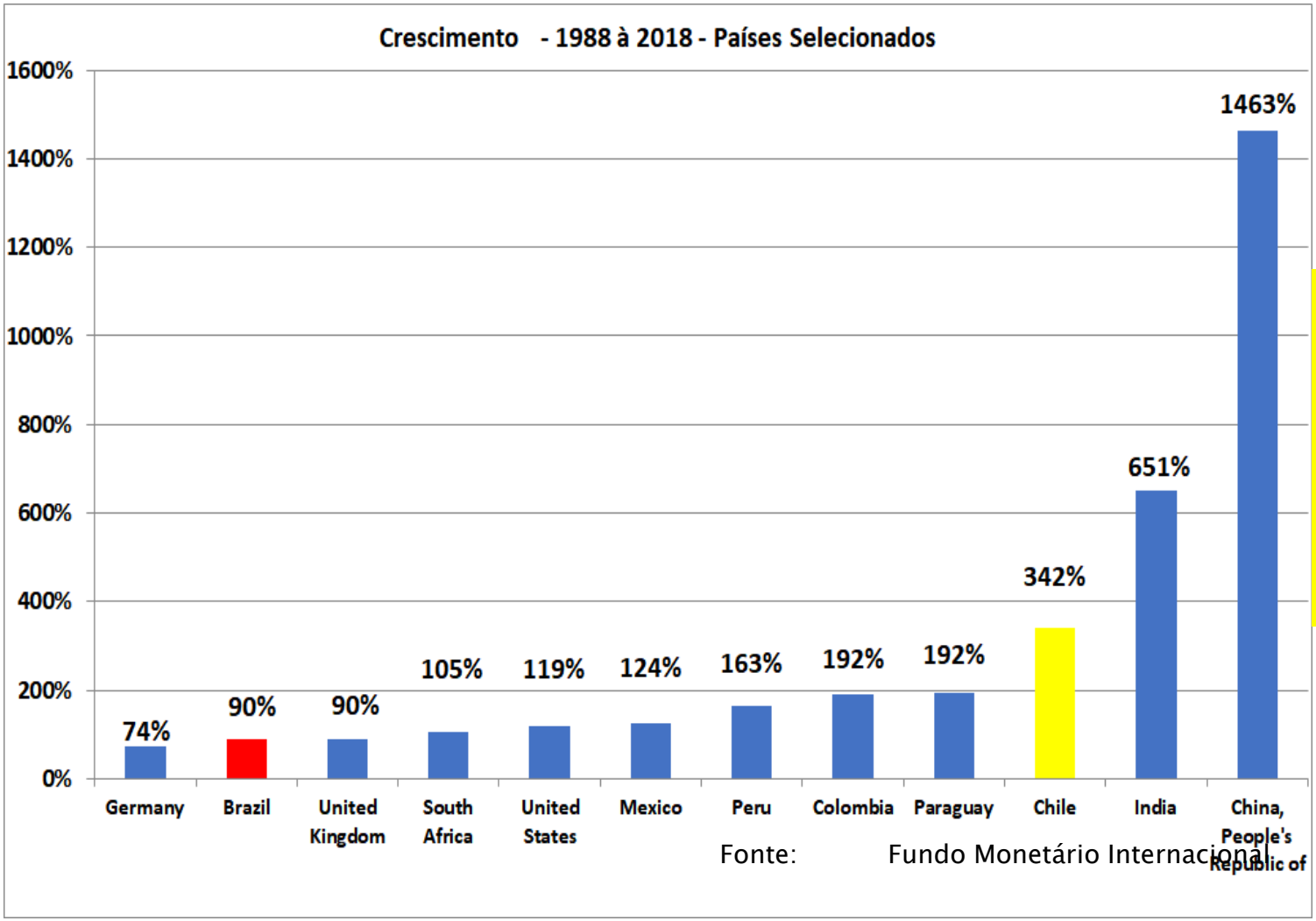
Prof. Claudio Branchieri

Crescimento Econômico x Crescimento do Renda desde Constituição Federal de 1988



Fonte: PIB.: Ipea Data
Pop.: IBGE
Renda: Elaborado pelo Autor

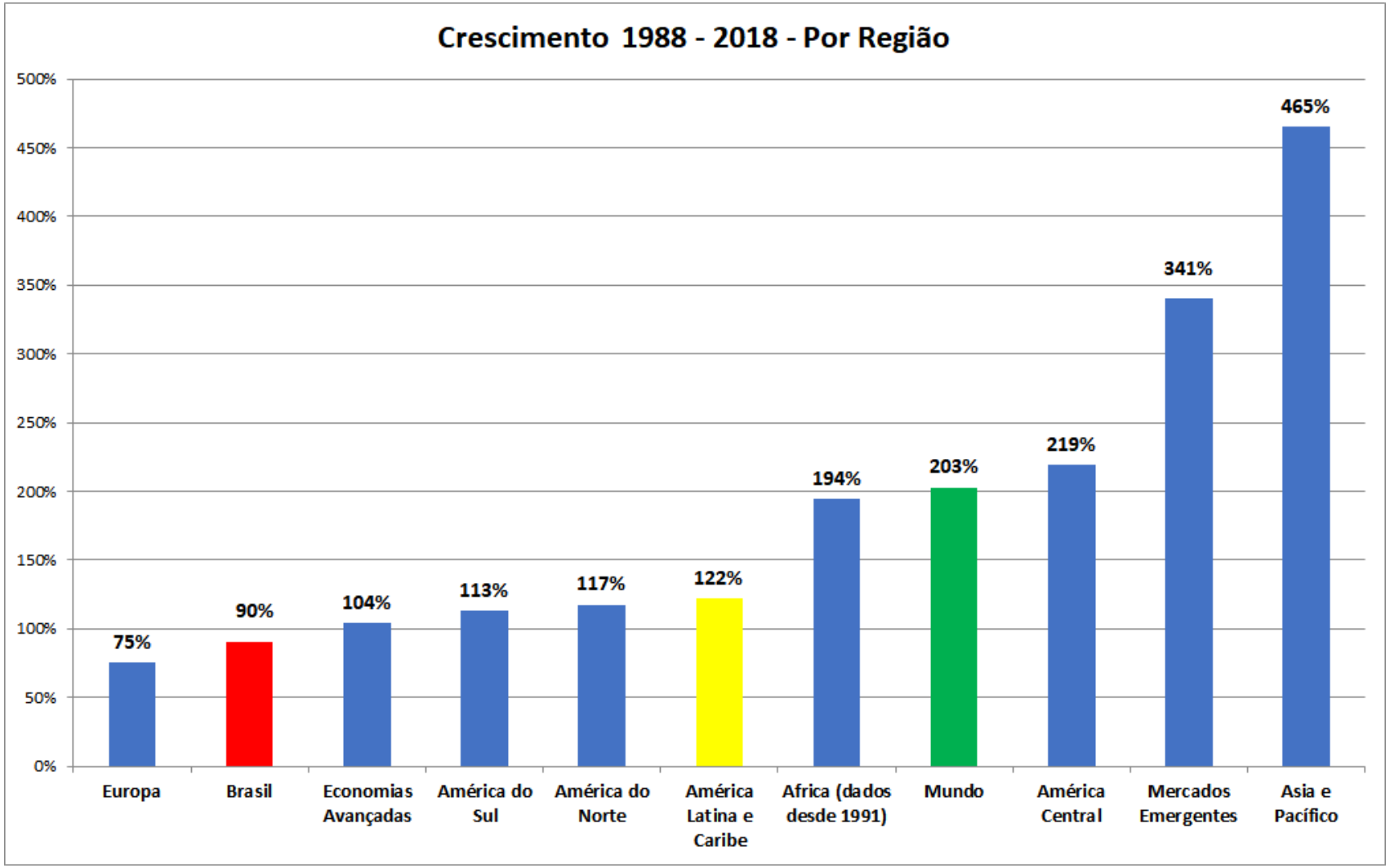
Prof. Claudio Branchieri



Fonte: Fundo Monetário Internacional

O baixo crescimento brasileiro tem um agravante: O Fim do Bônus Demográfico, período em que a população entre 15 e 60 anos tem a maior proporção em relação à população total.

Prof. Claudio Branchieri



Fonte: Fundo Monetário Internacional

Prof. Claudio Branchieri

PRINCIPAIS MUDANÇAS PROMOVIDAS PELA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. Retirada de Estados e Municípios da Proposta de Reforma
2. Retirada da “Desconstitucionalização” da Proposta original
3. Retirada da Proposta do Sistema de Capitalização da Reforma
4. Retirada do BPC da Proposta
5. Manutenção das Regras para Aposentadorias Rurais
6. Manutenção da Contribuição Mínima de 15 anos para mulheres

COM A REFORMA APROVADA, QUAIS REFORMAS PASSARIAM A SER PRIORITÁRIAS?

Prof. Claudio Branchieri

I) REFORMA TRIBUTÁRIA

Principais Problemas do atual Sistema Tributário:

1. Impostos Cumulativos
2. Sistema tributário extremamente complexo
3. Impostos que geram distorções no sistema de preços
4. Substituição Tributrária
5. Impostos sobre o trabalho
6. Guerra Fiscal entre Estados

Propostas de Reforma Tributária

Aprovada na CCJC em 22/05, a proposta de Reforma Tributária tem como principais pontos:

A. Criação do IBS (Imposto sobre Operações de Bens e Serviços) em substituição dos Impostos Federais (IPI, PIS, Cofins), Estaduais (ICMS) e Municipais (ISS)
   1. Cobrado no local onde for consumido
   2. Tempo de Transição de 10 anos (2 de "calibragem" e 8 de implantação)
   3. Estados e Municípios disporão de 50 anos para implementação

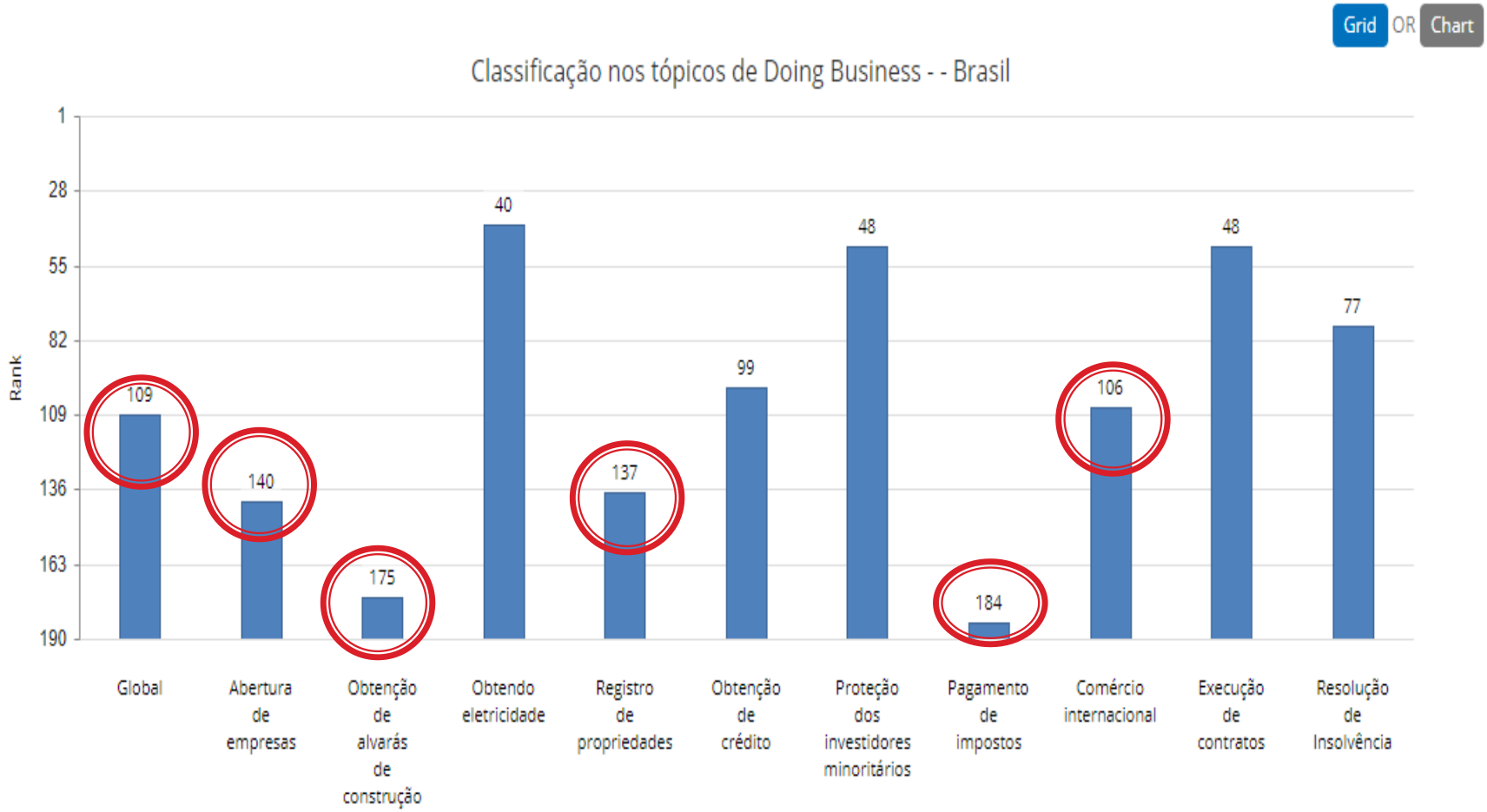
B. Acaba a contribuição do INSS, substituindo por Imposto sobre Meios de Pagamentos

C. Criação de um Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos

II) Reformas Microeconômicas para Melhoria do Ambiente de Negócios

Principais Problemas do Ambiente de Negócios Brasileiros:

1. Excesso de Regulamentos, Normas e Portarias
2. Pouco ou nenhuma política de incentivo à Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)
3. Relatório Doing Business – Posicionamento Geral: 109º em 190 países
4. O Brasil ocupa as últimas colocações no Ranking Mundial da Produtividade



Fonte: doingbusiness.org

Prof. Claudio Branchieri

O que está sendo feito nesse sentido

1. MP da Liberdade Econômica

   A. Digitalização: Possibilita que todos os documentos e comprovantes sejam digitalizados e suas versões originais, descartadas

   B. Menos licenças e alvarás: É dispensado qualquer tipo de registro, incluindo alvarás de funcionamento, sanitário e ambiental, para atividades consideradas de baixo risco

   C. Bolsa de Valores: Reduz as exigências para pequenas e médias empresas abrirem capital na Bolsa. Caberá à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) definir quais regras serão eliminadas

   D. Alterações em contratos: Proíbe alterações judiciais em contratos empresariais, incluindo aqueles que versam sobre normas de ordem pública

   E. Aprovação de registros: Atribui um tempo máximo a todo pedido de licença ou alvará. Ao fim desse prazo, caso não haja resposta, o requerimento será automaticamente aprovado

2. Empresa Simples de Crédito

III) Novo Pacto Federativo

Principais Problemas do Pacto Federativo Atual:

1. Concentração de Receitas Tributárias no ente Federal

2. Transferência de responsabilidades a Estados e Municípios sem contrapartida em Receita

3. Super Endividamento dos Estados

O que está sendo feito sobre o Novo Pacto Federativo

Nesse tópico, o Congresso e o Executivo apenas iniciaram as discussões.

O Ministro Paulo Guedes sinalizou, como forma de mostrar a forma do Governo Federal enxergar, a intenção de redistribuir os recursos provenientes dos Royalties do Pré-Sal:

O Governo propõe que 70% dos Recursos sejam distribuídos entre Estados e Municípios. Atualmente, o Governo Federal fica com 65%.